

AVANÇASP



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CERQUILHO/SP

CONCURSO PÚBLICO
01/2025

PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

- Além deste Caderno de Prova, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinado à transcrição do Texto definitivo da peça Prático-Profissional. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva;
- **01 (uma) hora** após o início da prova é possível, retirar-se da sala levando o caderno de prova;

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, informe imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais na Folha de Respostas, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preenchimento;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro de marcação pelo candidato;

- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva e discursiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio;

- Ao se retirar, entregue a Folha de Respostas preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;

b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;

c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas;

d) se recusar a entregar a Folha de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;

e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Respostas.

CADERNO DE QUESTÕES

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

LÍNGUA PORTUGUESA**TEXTO**

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

Os sonhos brasileiros

Quando eu era menina, as famílias ricas costumavam escolher um ano de maior prosperidade e programavam a sua viagem à Europa. Iam marido, mulher, filharada, amaseca, e avô em exercício, às vezes um tio mais jovem. Os invejosos — todo mundo — zombavam: será que tinham fretado o navio? Navio aliás invisível, pois que tomado no Rio (talvez também no Recife) onde havia porto para grandes transatlânticos. O período dedicado ao banho de civilização era em geral de seis meses. E o país de destino era, quase invariavelmente, Paris ou Portugal. Falo Paris como país, porque ninguém dizia que ia para a França. Mas somente a Cidade Luz. Portugal era escolhido pelos lusitanos bem-sucedidos. [...]

Em Paris, os provisórios nômades se instalavam quase invariavelmente no Grand Hotel Du Louvre. (Ou diziam os língua-ruim, se instalavam mesmo era numa pensão barata na Banlieuse, onde nem tinha metrô). Para nós, brasileiros daquele tempo, metrô era o requinte, o selo da mais extrema civilização.

Passados os seis meses de ricos, a família regressava, unida como saíra, e portando em profusão malas de porão e camarote novíssimas. Invariavelmente traziam um serviço de jantar em porcelana e até um serviço de cristal Baccarat, comprado na rue du Paradis. [...] E, depois daquela viagem oficial, a família passava o resto da vida curtindo as glórias da temporada. As moçoilas que já tinham aprendido o ABC do francês cá na terra, no colégio de freiras, voltavam cochichando segredinhos no idioma dos eleitos. Às vezes nascia por lá uma criança que, em memória do evento, fora registrada no Consulado Brasileiro, mas com nome francês. [...]

Passaram-se os anos, o mundo mudou. Os Estados Unidos assumiram a liderança da moderna civilização. Acabaram-se, depois da

Segunda Grande Guerra, os navios que faziam a linha Rio-Havre. Entramos na era dos jatos. E hoje também mudou o eixo turístico: de repente brasileiro descobria Miami ou Miami descobriu os brasileiros. Será o conforto da língua? Os iniciantes, pelo menos, acreditam que lá só se fala espanhol. E depois tem o Walt Disney e seus palácios feéricos. E principalmente tem as excursões — dizem os entendidos que é mais barato passar 15 dias em Miami do que em Maceió. É possível, nós ainda não organizamos o nosso turismo. Sinal de jovem pai com sucesso na profissão é levar os filhos pequenos para o Disneyworld. As mulheres fazem compras com frenesi. Os homens também se enchem de maquininhas — fax, telefone celular, micros!

E ficamos nós, os invejosos, com o olho comprido em Miami, como outrora em Paris. Se não fosse o preço escandaloso do dólar! Mas é verdade que os pacotes turísticos são bem em conta. E tem até quem faça a módicas prestações! Ai (suspiro), a esperança é a última que morre...

QUEIROZ, R. *Os sonhos brasileiros*. Jornal O Dia, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em <<https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/17950/os-sonhos-brasileiros>>.

QUESTÃO 01

Com base no texto, pode-se afirmar que:

- (A) Na época relatada pela narradora, quase todos podiam ir à Europa, desde que os destinos fossem Paris ou Portugal.
- (B) A maioria dos brasileiros que iam à Europa preferiam Portugal a França.
- (C) As famílias ricas que viajavam à Europa davam preferência a regiões que não tinham metrô para se instalarem.
- (D) Com o tempo, o destino principal de viagem dos brasileiros passou a ser Miami.
- (E) Apesar de o tempo ter passado, o destino preferido das famílias ricas brasileiras continua sendo Portugal.

QUESTÃO 02

A partir da afirmação em “*Se não fosse o preço escandaloso do dólar!*”, depreende-se que a narradora do texto:

- (A) se recusa a visitar Paris ou Miami independentemente do preço do dólar.
- (B) iria a Miami se o preço do dólar fosse mais baixo.
- (C) não tem desejo em viajar para Paris ou Miami.
- (D) não tem qualquer interesse pelos destinos de Paris ou Miami.
- (E) não iria para Paris ou Miami de excursão.

QUESTÃO 03

O termo “Cidade Luz”, em “*Falo Paris como país, porque ninguém dizia que ia para a França. Mas somente a Cidade Luz*”, é um exemplo de:

- (A) pleonasma.
- (B) comparação.
- (C) perífrase.
- (D) hipérbole.
- (E) anacoluto.

QUESTÃO 04

Dentre as sentenças a seguir, aquela cujo elemento em destaque provoca a referenciação anafórica no texto é:

- (A) “Os **homens** também se enchem de maquininhas”.
- (B) “E, depois **daquela** viagem oficial, a família passava o resto da vida curtindo as glórias da temporada”.
- (C) “E ficamos nós, os invejosos, com o **olho** comprido em Miami, como outrora em Paris”.
- (D) “Portugal era escolhido pelos lusitanos **bem-sucedidos**”.
- (E) “a **esperança** é a última que morre”.

QUESTÃO 05

Considere o trecho “***O período dedicado ao banho de civilização** era em geral de seis meses.*” A construção em destaque, no período em que ocorre, desempenha a função sintática de:

- (A) sujeito.
- (B) objeto.
- (C) complemento nominal.
- (D) adjunto adnominal.
- (E) adjunto adverbial.

QUESTÃO 06

A palavra em destaque é um advérbio apenas na sentença:

- (A) Compre tudo o **que** tiver que comprar.
- (B) Ele **ainda** não está pronto.
- (C) O amanhecer na primavera costuma ser **lindo**.
- (D) Peça, por **gentileza**, que responda às mensagens rapidamente.
- (E) **Os** pássaros vêm me acordar todos os dias.

QUESTÃO 07

Leia o excerto a seguir, com especial atenção às lacunas:

O dos sinos a fazia pensar que já cinco da tarde. Estava atrasada e precisava apertar o se quisesse chegar tempo na audiência.

As lacunas do excerto devem ser preenchidas correta e respectivamente pelas palavras:

- (A) suar - eram - paço - à.
- (B) soar - eram - paço - à.
- (C) suar - era - passo - à.
- (D) soar - era - passo - a.
- (E) soar - eram - passo - à.

QUESTÃO 08

O sujeito é composto apenas na sentença:

- (A) As árvores, os pássaros e as flores formam uma linda paisagem.
- (B) Há meses que não fuma cigarros.
- (C) Disse que me ligaria hoje à noite.
- (D) O mecânico fez consertos no carro.
- (E) Vende-se casas nesta rua.

QUESTÃO 09

A mesóclise ocorre apenas em:

- (A) Deu-lhe um beijo na bochecha.
- (B) Não me permite uma dança?
- (C) Estranho como ela esqueceu-se de mim.
- (D) Fazer-te-ia um agrado todos os dias, se pudesse.
- (E) Quem me deu isto foi a minha avó.

QUESTÃO 10

Considere as sentenças a seguir:

- I. Ele alegou que não se devem delatar comparsas.
- II. Quando saí de lá, já passavam das nove horas.
- III. Não se podem podar essas árvores.

Está (estão) correta(s) apenas a(s) sentença(s):

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

Analise as assertivas abaixo, de acordo com a Lei Complementar nº 02/1992 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Cerquillo), e assinale a incorreta.

- (A) Considera-se **Funcionário Público**: pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão.
- (B) Considera-se **Carreira**: o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho e de idêntica habilitação profissional, escalonadas segundo a responsabilidade e complexidade das atribuições, para progressão privativa dos titulares dos cargos que a integram.
- (C) Considera-se **Quadro**: o conjunto de cargos integrantes das estruturas dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e das fundações públicas.
- (D) Considera-se **Classe**: agrupamento de cargos públicos de mesma denominação e idêntica referência de vencimentos e mesmas atribuições.
- (E) Considera-se **Vencimento**: retribuição pecuniária básica acrescida da quantia referente às vantagens pecuniárias a que o funcionário tem direito.

QUESTÃO 12

Analise as afirmativas abaixo de acordo com a Lei Complementar nº 02/1992 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Cerquillo), atribuindo (V) para Verdadeira e (F) para Falsa, em seguida assinale a alternativa com a sequência correta.

() Reintegração é a reinvestidura do funcionário no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

() Reversão é o retorno à atividade de funcionário aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistente os motivos determinantes da aposentadoria.

() Transferência é a passagem do funcionário de um para outro cargo da mesma denominação, atribuições e vencimentos, pertencente, porém, a órgão de lotação diferente.

(A) F, F, F

(B) V, V, V

(C) V, F, F

(D) F, V, V

(E) F, F, V

QUESTÃO 13

Considerando a Lei Federal nº 6.830 de 1980, o prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão não poderá ser:

(A) superior a 20 dias, nem inferior a 5 dias.

(B) superior a 30 dias, nem inferior a 10 dias.

(C) superior a 15 dias, nem inferior a 3 dias.

(D) superior a 45 dias, nem inferior a 15 dias.

(E) superior a 25 dias, nem inferior a 7 dias.

QUESTÃO 14

De acordo com a Lei Municipal nº 595/1971 (Código de Posturas do Município de Cerquillo), analise as afirmativas abaixo atribuindo (V) para Verdadeira e (F) para Falsa, em seguida assinale a alternativa com a sequência correta.

Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que sejam observadas as condições seguintes:

() serem aprovados pela Prefeitura, quando a sua localização.

() não perturbarem o trânsito público.

() não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados.

() serem removidos no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar do encerramento dos festejos.

(A) V, V, F, F

(B) F, F, V, V

(C) V, F, V, V

(D) V, V, V, F

(E) F, V, V, F

QUESTÃO 15

De acordo com o artigo 183 da Constituição Federal, uma pessoa pode adquirir o domínio de um imóvel urbano com área de até 250 metros quadrados após cinco anos. Qual das alternativas apresenta corretamente as condições necessárias para a aquisição desse domínio?

(A) A pessoa deve ser proprietária de outro imóvel urbano ou rural.

(B) O uso da área deve ser exclusivo para fins comerciais.

(C) A posse deve ser ininterrupta e destinada à moradia própria ou de sua família, sem que o possuidor seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

(D) É necessário que o possuidor pague uma indenização ao poder público ao fim do período.

(E) A área ocupada pode exceder 250 metros quadrados se o imóvel for destinado à moradia de várias pessoas.

QUESTÃO 16

Analise os itens a seguir de acordo com a Lei Complementar nº 113/2005 (Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cerquillo).

I - São filiados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cerquillo, na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes.

II - Deixa de estar filiado ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cerquillo, na qualidade de segurado, o servidor ativo que estiver cedido para outro órgão ou entidade da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

(A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(D) As asserções I e II são proposições falsas.

(E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento da I.

QUESTÃO 17

Assinale a opção correta de acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal n.º 12.527/2011). A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

(A) Ultrassecreta: 10 anos; Secreta: 5 anos; Reservada: 2 anos.

(B) Ultrassecreta: 50 anos; Secreta: 25 anos; Reservada: 10 anos.

(C) Ultrassecreta: 20 anos; Secreta: 10 anos; Reservada: 3 anos.

(D) Ultrassecreta: 30 anos; Secreta: 20 anos; Reservada: 8 anos.

(E) Ultrassecreta: 25 anos; Secreta: 15 anos; Reservada: 5 anos.

QUESTÃO 18

Analise os itens a seguir de acordo com a Lei Complementar nº 219/2014 (Cargo de Procurador Jurídico Municipal).

São consideradas atribuições do Procurador Jurídico Municipal:

I. acompanhar processos administrativos externos em tramitação no Tribunal de Contas, Ministério Público e Secretarias de Estado quando haja interesse da Administração Municipal.

II. recomendar procedimentos internos de caráter preventivo com o escopo de manter as atividades da Administração afinadas com os princípios que regem a Administração Pública - princípio da legalidade; da publicidade; da impessoalidade; da moralidade e da eficiência.

III. analisar os contratos firmados pelo município, avaliando os riscos neles envolvidos, com vistas a garantir segurança jurídica e lisura em todas as relações jurídicas travadas entre o ente público e terceiros.

(A) Apenas o item I está correto.

(B) Apenas os itens I e II estão corretos.

(C) Apenas os itens I e III estão corretos.

(D) Apenas o item II está correto.

(E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 19

Nos termos do artigo 194, da Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, avalie as seguintes assertivas.

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

II - Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

III - Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

IV - Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III, apenas.

QUESTÃO 20

A Constituição Federal assegura aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente:

I – obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos votos válidos, em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% (três por cento) dos votos válidos em cada uma delas.

II - tiverem elegido pelo menos sete Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

Sobre as asserções é correto afirmar que:

- (A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.
- (C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- (D) As asserções I e II são proposições falsas.
- (E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento da I.

QUESTÃO 21

Considerando a Constituição Federal acerca do Poder Executivo, assinale a opção incorreta:

- (A) A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.
- (B) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- (C) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga.
- (E) O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

QUESTÃO 22

Conforme disposto pelo artigo 14, da Constituição Federal, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: plebiscito, referendo e iniciativa popular. Acerca dos Direitos Políticos, assinale a opção incorreta:

- (A) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos.
- (B) Entre as condições de elegibilidade, está a idade mínima de trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e Senador.
- (C) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (D) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- (E) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para: os analfabetos, os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

QUESTÃO 23

Considerando a Lei Federal nº 11.107/2005, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, avalie as seguintes assertivas.

Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais. Para o cumprimento de seus objetivos, **o consórcio público poderá:**

I - Ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

II - Aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade.

III – Nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público.

IV – Comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre a natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação.

Está INCORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) IV, apenas.
- (C) II apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III, apenas.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa incorreta, considerando a Lei Federal nº 9.784/1999, que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

(A) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

(B) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

(C) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

(D) Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

(E) Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

QUESTÃO 25

À luz do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), avalie as seguintes assertivas.

I - É dispensável a licitação para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, a fim de beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água.

II - É dispensável a licitação para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

III - É dispensável a licitação para a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos.

IV - É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 26

Considerando o disposto na Lei federal nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, assinale a alternativa incorreta:

(A) A educação superior tem por finalidade formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.

(B) A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

(C) Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

(D) Caberá ao estado assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

(E) Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas.

QUESTÃO 27

De acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 8.080/1990, marque (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas.

() A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Município prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

() O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

() A igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie, é um dos objetivos do Sistema Único de Saúde.

() A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas, é um dos princípios do Sistema Único de Saúde.

Assinale a sequência correta.

- (A) V, V, F, F
- (B) V, F, V, F
- (C) F, V, F, F
- (D) F, F, V, V
- (E) V, V, V, V

QUESTÃO 28

De acordo com o que estabelece a Lei Federal 12.153/2009, marque (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas.

() É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.

() Inclui-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública, as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

() No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.

() Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.

Assinale a sequência correta.

- (A) V, V, F, F
- (B) V, F, V, F
- (C) F, V, F, F
- (D) F, V, V, V
- (E) V, V, V, F

QUESTÃO 29

Analise as assertivas a seguir no que se refere às limitações ao poder de tributar.

I – É vedado à União, tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

II - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

Sobre as asserções é correto afirmar que:

- (A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.
- (C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- (D) As asserções I e II são proposições falsas.
- (E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento da I.

QUESTÃO 30

De acordo com a Constituição Federal, avalie as assertivas a seguir sobre a competência dos Municípios para instituir impostos:

I - Compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

II - Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana.

III - Compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.

IV - Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade territorial rural.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 31

Considerando o previsto na Lei Federal n.º 4.320/1964, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Consideram-se subvenções, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como: subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa e subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- (B) Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- (C) Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (D) Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.
- (E) São Inversões Financeiras as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

QUESTÃO 32

De acordo com o que estabelece a Lei Complementar n.º 101/2000, marque (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas.

- () Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- () A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 12 (doze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.
- () A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

Assinale a sequência correta.

- (A) V, V, F
(B) V, F, V
(C) F, V, F
(D) F, V, V
(E) V, V, V

QUESTÃO 33

Considerando o Código Penal, avalie as seguintes assertivas:

I - A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

II - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

III - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

IV - A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando idênticas, ou nela é computada, quando diversas.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 34

De acordo com o Código Penal, em relação ao erro sobre a ilicitude do fato (art. 21), assinale a alternativa correta:

- (A) O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um a dois terços.
- (B) O erro sobre a ilicitude do fato, sendo evitável, sempre isenta de pena o autor do crime.
- (C) O desconhecimento da lei é considerado justificável em casos de baixa escolaridade ou isolamento geográfico do autor.
- (D) O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- (E) O erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, isenta de pena; se inevitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

QUESTÃO 35

João, por volta das 3 horas da madrugada, decidiu furtar uma loja de roupas. Ele aproveitou o momento de silêncio e descanso noturno para entrar no estabelecimento e levar diversas peças de roupa. Após ser capturado pela polícia, foi acusado de furto.

Considerando o Código Penal, em relação ao furto praticado por João durante o repouso noturno, qual das alternativas é correta?

- (A) João será condenado por furto qualificado, em razão de o crime ter ocorrido durante a noite.
- (B) A prática do furto durante a madrugada não gera nenhuma consequência jurídica relevante para a pena de João.
- (C) A pena de João poderá ser aumentada de um terço, em razão de o crime ter ocorrido durante o repouso noturno.
- (D) A pena de João será agravada por se tratar de um furto cometido contra estabelecimento comercial.
- (E) João terá sua pena reduzida, pois não utilizou violência nem ameaçou ninguém durante o crime.

QUESTÃO 36

Analise as assertivas a seguir de acordo com o Código Penal.

I - Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre durante o tempo em que o condenado está preso por outro motivo.

II - Depois de passada em julgado a sentença condenatória, a prescrição não corre enquanto o agente cumpre pena no exterior.

Sobre as asserções é correto afirmar que:

- (A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.
- (C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- (D) As asserções I e II são proposições falsas.
- (E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento da I.

QUESTÃO 37

Durante um dia de folga, um grupo de quatro pessoas decidiu sequestrar um empresário em um estacionamento, com o objetivo de extorquir dinheiro de sua família como resgate. Após o sequestro, a vítima foi mantida em cativeiro por 48 horas. Além disso, o empresário tinha 62 anos.

Com base no art. 159 do Código Penal, qual das alternativas abaixo descreve corretamente a pena aplicável aos envolvidos nesse caso?

- (A) A pena para os criminosos será de reclusão de oito a quinze anos, pois o sequestro foi realizado por um grupo.
- (B) Como o sequestro durou mais de 24 horas, a pena será de reclusão, de doze a vinte anos.
- (C) Considerando que a vítima tinha mais de 60 anos, a pena aplicável será de reclusão, de oito a quinze anos.
- (D) A pena será de reclusão, de oito a quinze anos, pois não há agravantes, já que a vítima não era menor de idade.
- (E) Considerando que o crime foi cometido por uma quadrilha, a pena aplicada será de reclusão, de dez a quinze anos.

QUESTÃO 38

De acordo com o art. 288 do Código Penal, qual é a definição e a penalidade prevista para a associação criminosa?

- (A) Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes, sendo passível de pena de reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.
- (B) Associarem-se 4 (quatro) ou mais pessoas, para a prática de crimes, sendo passível de pena de reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos.
- (C) Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes, sendo passível de pena de reclusão, de 5 (cinco) a 10 (dez) anos.
- (D) Associarem-se 1 (uma) ou mais pessoas, com o intuito de praticar crimes, sujeitando-se à pena de reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos.
- (E) Associarem-se 2 (duas) ou mais pessoas, para a prática de crimes, com pena de reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

QUESTÃO 39

Considere a Lei nº 6.015/1973, que dispõe sobre os registros públicos, e analise as afirmações abaixo sobre os prazos máximos para a emissão de certificações de registro de imóveis, contados a partir do pagamento dos emolumentos:

I - 4 (quatro) horas, para a certidão de inteiro teor da matrícula ou do livro auxiliar, em meio eletrônico, requerida no horário de expediente, desde que fornecido pelo usuário o respectivo número.

II - 2 (dois) dias, para a certidão da situação jurídica atualizada do imóvel.

III - 5 (cinco) dias, para a certidão de transcrições e para os demais casos.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II apenas.

QUESTÃO 40

De acordo com a Lei nº 8.245/1991, o locador possui determinadas obrigações em relação ao imóvel locado. Analise as afirmações abaixo e, com base na legislação, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O locador é obrigado a responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação.
- (B) O locador é obrigado a pagar as despesas extraordinárias de condomínio.
- (C) O locador é obrigado a manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel.
- (D) O locador é obrigado a entregar ao locatário o imóvel alugado em estado de servir ao uso a que se destina.
- (E) O locador é obrigado a pagar as despesas ordinárias de condomínio.

QUESTÃO 41

De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.245/1991, marque (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas.

() No caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o locatário tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o locador dar - lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca.

() O direito de preferência do locatário caducará se não manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de quarenta e cinco dias.

() O direito de preferência alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação.

Assinale a sequência correta.

- (A) V, F, F
- (B) V, F, V
- (C) F, V, V
- (D) F, F, V
- (E) V, V, V

QUESTÃO 42

À luz do regime previsto pelo Código de Processo Civil no que tange aos Recursos, analise as assertivas a seguir.

O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte:

I – será dirigido ao órgão perante o qual o recurso independente fora interposto, no prazo de que a parte dispõe para responder.

II – será admissível na apelação e no recurso extraordinário, exceto no recurso especial.

III – não será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.

Está INCORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III apenas.

QUESTÃO 43

À luz do regime previsto pelo Código de Processo Civil no que tange à Ação Rescisória, analise as assertivas a seguir.

A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

I – obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

II – resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.

III – se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.

IV – for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 44

De acordo com a Lei nº 4.717/1965, que trata da ação popular, assinale a alternativa que apresenta uma afirmativa correta sobre a legitimidade e os procedimentos para pleitear a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público:

(A) Apenas cidadãos com mais de 18 anos podem pleitear a anulação de atos lesivos ao patrimônio público, sendo necessário comprovar renda mínima para ajuizar a ação popular.

(B) Qualquer cidadão é parte legítima para pleitear a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público, podendo requerer certidões e informações necessárias às entidades, que devem ser fornecidas em até 30 dias.

(C) A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita apenas com a Carteira de Identidade ou o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

(D) As certidões e informações solicitadas deverão ser fornecidas dentro de 15 (quinze) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução de ação popular.

(E) A legitimidade para pleitear a anulação de atos lesivos ao patrimônio público se restringe a entidades representativas da sociedade civil, não sendo extensiva aos cidadãos individualmente.

QUESTÃO 45

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas a seguir, em conformidade com a Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

• Considera-se _____: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados com os serviços públicos de saneamento básico.

• Considera-se _____: aquele clandestino, irregular ou no qual não tenha sido possível realizar a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização.

• Considera-se _____: rede coletora de esgoto sanitário, assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento.

- (A) controle social - núcleo urbano informal - sistema condominial
- (B) sistema condominial - localidades de pequeno porte - núcleo urbano informal
- (C) sistema condominial - núcleo urbano informal - operação regular
- (D) núcleo urbano - núcleo urbano informal - sistema separador absoluto
- (E) controle social - operação irregular - serviços públicos de saneamento básico de interesse comum

QUESTÃO 46

Acerca da Lei nº 8.080/1990, relacione a Coluna 1 à Coluna 2, assinalando a sequência correta para identificar o que é um princípio (1) e o que é um objetivo (2):

Coluna 1:

- 1. Princípios
- 2. Objetivos

Coluna 2:

() igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

() proteção integral dos direitos humanos de todos os usuários e especial atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes.

() a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

() a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, é:

- (A) 1 - 2 - 2 - 1
- (B) 2 - 1 - 2 - 1
- (C) 1 - 1 - 2 - 2
- (D) 1 - 2 - 1 - 2
- (E) 2 - 2 - 1 - 2

QUESTÃO 47

Considerando a Lei nº 12.288/2010, é CORRETO afirmar que:

(A) Considera-se discriminação racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

(B) Considera-se políticas públicas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

(C) Considera-se ações afirmativas: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.

(D) Considera-se população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.

(E) Considera-se desigualdade racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

QUESTÃO 48

De acordo com a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, qual das alternativas descreve corretamente as exigências para vagas de estacionamento destinadas a veículos que transportam pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção?

(A) As vagas deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

(B) As vagas deverão ser em número equivalente a cinco por cento do total, garantida, no mínimo, duas vagas, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

(C) As vagas devem ser reservadas apenas em áreas privadas e limitadas a três por cento do total de vagas disponíveis.

(D) As vagas podem ser distribuídas em qualquer área do estacionamento, desde que respeitem a reserva de um por cento do total de vagas para pessoas com deficiência.

(E) As vagas devem estar localizadas próximas aos acessos de circulação de pedestres, sendo garantido no mínimo três vagas em qualquer estacionamento, independentemente do tamanho.

QUESTÃO 49

Conforme a Lei nº 10.741/2003, que institui o Estatuto da Pessoa Idosa, determinadas condutas configuram crimes puníveis com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, além de multa. Assinale a alternativa que se enquadra como **exceção** a essas disposições:

- (A) recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa.
- (B) induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente.
- (C) negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho.
- (D) obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade.
- (E) recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

QUESTÃO 50

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), será gerido pelo:

- (A) Será gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, a ser presidido por representante indicado pelo Presidente da República e composto de 3 (três) representantes da União indicados pelo Presidente da República, 2 (dois) representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração e 2 (dois) representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.
- (B) Será gerido pelo Tribunal de Contas da União, a ser presidido por representante indicado pelo Presidente da República e composto de 4 (quatro) representantes da União indicados pelo Ministério da Economia, 3 (três) representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração e 1 (um) representante dos Municípios indicado pela Confederação Nacional de Municípios.
- (C) Será gerido pelo Tribunal de Contas da União, a ser presidido por representante indicado pelo Presidente da República e composto de 2 (dois) representantes da União, 3 (três) representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pelo Senado Federal e 2 (dois) representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.
- (D) Será gerido pela Controladoria-Geral da União, a ser presidido por representante indicado pelo Presidente da República e composto de 5 (cinco) representantes da União indicados pelo Tribunal de Contas da União, 2 (dois) representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração e 1 (um) representante dos Municípios indicado pela Confederação Nacional de Municípios.
- (E) Será gerido pelo Supremo Tribunal Federal, a ser presidido por representante indicado pelo Presidente da República e composto de 5 (cinco) representantes da União, 2 (dois) representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração e 3 (três) representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.

PROVA DISCURSIVA (PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL)

O Município de Alfa propôs execução fiscal em face de Tício, tendo como objeto Certidão de Dívida Ativa relacionada a dívidas de natureza tributária, todas decorrentes da aplicação de sanções fiscais por descumprimento de obrigações acessórias.

O valor atualizado da dívida é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Tício foi regularmente citado da execução fiscal, tendo deixado transcorrer o prazo de defesa sem manifestação, pagamento ou indicação de bens à expropriação.

Diligenciando por dados sobre Tício e seu patrimônio, a equipe da Procuradoria Jurídica do Município obteve a informação, comprovada por certidão cartorial, de que Tício faleceu, após a citação na execução fiscal.

A Procuradoria solicitou o redirecionamento da execução ao espólio de Tício. Tício era casado ao tempo do óbito com Joaquina.

Dias depois, compareceu aos autos, espontaneamente, Jurema, sustentando ser parente de Tício e ter interesse processual. Jurema opôs exceção de pré-executividade, sem apresentar caução, alegando que, ainda que não seja inventariante em procedimento sucessório, tampouco herdeira direta de Tício ou na administração de seus bens, interessa-se pela permanência do patrimônio deste na raiz familiar; argumenta que é ilícito o redirecionamento de execução fiscal para quem não seja o sujeito passivo da relação tributária indicado na certidão de dívida ativa; alega que a dívida fiscal em referência é atinente a sanções tributárias, o que agrava o quadro de ilicitude da execução diante da natureza personalíssima da aplicação de sanções estatais e do decorrente prejuízo ao direito de defesa do falecido; pleiteou pela produção de provas e anulação da execução fiscal.

O Juízo da 11.^a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Alfa recebeu a exceção de pré-executividade, oportunizou o exercício do contraditório pelo Município e deflagrou fase instrutiva visando à juntada aos autos do processo administrativo tributário que originou a dívida fiscal, visando a aferir a sua natureza personalíssima decorrente da aplicação de sanções tributárias por descumprimento de obrigações acessórias pelo falecido.

Ao fim, deu-se a decisão pela procedência da exceção de pré-executividade, extinguindo a execução fiscal, tendo o juízo adotado fundamentação congênere à da Excipiente, com expressa menção à impossibilidade de se exigir exação fiscal por pessoa diversa da constante na Certidão de Dívida Ativa, o que se agrava diante da natureza personalíssima do objeto que perfaz o crédito tributário e da aferição de que o falecido não se defendera, administrativamente e ainda que lhe tenha sido oportunizado, na instrução do processo administrativo tributário. O Município foi condenado a custear 15% (quinze por cento) do valor da execução fiscal a título de honorários advocatícios sucumbenciais.

Diante de tal contexto, na condição de Procurador(a) do Município de Alfa, adote a medida prevista pela legislação processual com o intuito de buscar a reforma da decisão do Juízo da 11.^a Vara da Fazenda Pública.

Considerando o enunciado estabelecido e o descrito no Capítulo 12 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção – a presente folha trata-se de rascunho - a redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	

96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

